



RAE - Revista de Administração de Empresas
ISSN: 0034-7590
rae@fgv.br
Fundação Getulio Vargas
Brasil

Vizeu, Fábio
AÇÃO COMUNICATIVA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
RAE - Revista de Administração de Empresas, vol. 45, núm. 4, octubre-diciembre, 2005, pp. 10-21
Fundação Getulio Vargas
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155116007001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



ARTIGOS • AÇÃO COMUNICATIVA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

AÇÃO COMUNICATIVA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

RESUMO

A teoria da ação comunicativa (TAC) tem sido uma importante referência para os estudos sociais, especialmente por permitir um melhor entendimento dos processos de socialização e individuação na modernidade. Tem sido crescente a adoção da TAC também na área de estudos organizacionais. Todavia, seu entendimento é dificultado pela complexidade e abstração que envolve essa teoria. Assim, o presente artigo empreende a análise dos principais elementos da teoria de ação de Habermas que se aplicam aos estudos organizacionais, de maneira a permitir a compreensão das contribuições que oferecem à pesquisa nessa área. Nesse sentido, destacamos a crítica à racionalidade instrumental, a questão da reconstrução racional do ato de fala e a idéia de comunicação sistematicamente distorcida. Por fim, novas diretrizes e perspectivas foram propostas.

Fábio Vizeu

UnicenP



ABSTRACT Theory of communicative action (TCA) has been an important reference for social studies, especially for allowing a better understanding of the socialization and individuation processes in modernity. Also in the area of organizational research, the adoption of TCA has been growing. However, its understanding is hindered by the great complexity and abstraction involved in TCA. Thus, the present article analyses the main elements of the Habermas' action theory for organizational research, in order to allow the visualization of its contributions to the area. A critical approach is proposed to instrumental rationality, to the issue of the rational reconstruction of the speaking act, and to the idea of systematically distorted communication. Finally, new guidelines and perspectives have been proposed.

PALAVRAS-CHAVE Teoria da ação comunicativa, estudos organizacionais, teoria crítica, racionalidade, epistemologia.

KEYWORDS Theory of communicative action, organizational research, critical theory, rationality, epistemology.



FÁBIO VIZEU

INTRODUÇÃO

Uma parcela da obra de Habermas – mais precisamente a sua teoria da ação comunicativa (TAC) – tem sido freqüentemente utilizada como referencial explicativo na área das organizações (Alvesson e Deetz, 1999). Se, por um lado, a densa filosofia habermasiana é de difícil entendimento, por outro, permite um tratamento mais profundo da complexidade inerente aos fenômenos sociais justamente por fornecer uma alternativa à lógica convencional de análise sociológica, alternativa essa mais rica quanto às considerações epistemológicas (Steffy e Grimes, 1986). O foco na relação inter-subjetiva entre o sujeito e o outro, dado na TAC por meio da adoção por Habermas da perspectiva da filosofia da linguagem (Herrero, 1986; Aragão, 1997), oferece uma consistente base explicativa do comportamento gerencial, especialmente no que tange à descrição de deficiências da teoria administrativa tradicional e às explicações mais recorrentes do fenômeno das organizações (Steffy e Grimes, 1986; Forester, 1994; Alvesson e Deetz, 1999). Adicionalmente, a TAC também tem sido utilizada para fornecer as bases teóricas para a construção de formas contrárias ao modelo tradicional de gerência, que sejam mais capazes de dar conta da questão da emancipação nas organizações (Serva, 1996).

Todavia, apesar de ser crescente a adoção do programa de pesquisa habermasiana na área de organizações, sua aceitação de forma mais expressiva é dificultada devido à grande complexidade e abstração que envolve a TAC. Assim, o presente trabalho visa analisar os principais pontos dessa teoria de maneira a visualizar como ela se relaciona com a análise organizacional.

O artigo se estrutura da seguinte forma. É iniciado pela apresentação da crítica frankfurtiana ao racionalismo da modernidade e de sua relação com a Administração e os estudos organizacionais. A seguir, empreende uma síntese das principais questões levantadas pela TAC, de maneira a demonstrar em que bases epistemológicas Habermas elabora a crítica à rationalidade instrumental, a partir da perspectiva do paradigma da linguagem e da consequente reconstrução do atributo racional do ato de fala. A partir desse conjunto de questões da TAC, surge a crítica à burocracia, que é considerada – à luz da TAC – como o modelo institucional moderno por excelência e, por isso mesmo, corresponde a um lócus onde se privilegia o processo de distorção comunicativa, denunciado por Habermas como “colonização do mundo da vida”.

Por fim, são tratadas algumas limitações e novas possibilidades quanto ao uso da TAC na área de estudos organizacionais.

HERANÇA DA ESCOLA DE FRANKFURT NA TAC: CRÍTICA À RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

Habermas é considerado o mais proeminente herdeiro da escola de Frankfurt (Freitag, 1986). Suas intenções com a TAC dizem respeito à recuperação do projeto inicial da teoria crítica, que corresponde à busca de uma saída para a emancipação pela razão (Freitag, 1986; Assoun, 1991; Matos, 1993). É por esse motivo que toda a trajetória intelectual percorrida por Habermas se fundamenta na principal matéria tratada pelos autores da escola de Frankfurt, qual seja, a crítica à rationalidade instrumental. Todavia, diferentemente dos outros frankfurtianos (especialmente Adorno e Horkheimer), Habermas busca se deslocar do pessimismo gerado pela constatação da falácia da promessa iluminista de emancipação pela razão moderna.

A rationalidade tem sido uma questão basilar das teorias administrativa e organizacional desde os seus adventos como campos de conhecimento sistematizado. Vinculada à tradição positivista de ciência social, a teoria clássica da Administração e o entendimento de organização formal surgem tendo por fundamento o mesmo direcionamento científico que sustentava a forma corrente de tratamento das questões sociais, com o surgimento, no século XIX, da sociologia enquanto disciplina acadêmica (Reed, 1999). Assim, a rationalidade é um pressuposto fundamental da própria concepção de ciência na área de organizações. Todavia, como afirma Reed (1999, p. 67), o modelo racional “impregnou o núcleo ideológico e teórico dos estudos organizacionais de forma tão abrangente e natural que sua identidade e influência foram virtualmente impossíveis de detectar ou questionar”.

Desse modo, a rationalidade presente nas teorias da Administração e da organização formal pode ser entendida mesmo como um valor a ser perseguido e legitimado pelos teóricos que constituem o corpo de conhecimento dessas áreas. Esse valor se constituiu mais objetivamente na própria noção de organização racional burocrática (Reed, 1999). O modelo de empresa capitalista, por se constituir em função da razão instrumental, também serve de meio de desnaturação da condição humana nas relações sociais, pois condiciona o sentido de comunidade à perspectiva da van-



tagem econômica, sendo todas as dimensões humanas suplantadas pela esfera econômica (Enriquez, 1997).

No campo da filosofia moderna, a racionalidade esboçada pelo Iluminismo era observada como a possibilidade de emancipação humana. No campo intelectual, o projeto iluminista pretendia a libertação da dominação mítica por meio da autoconsciência e da secularização. No campo físico, tal libertação se daria pela eliminação da constrição da natureza sobre o homem, por meio da inversão no sentido dessa forma de dominação. Com isso, justificava-se filosoficamente o conteúdo epistêmico do método de ciências naturais – que tem como uma de suas características “prever para controlar” – transplantado para a esfera social pelo positivismo. É desse modo que, na *Crítica da razão pura*, “Kant opera essa justificação da ciência, reconhecendo a realidade dos princípios universais e necessários, proporcionados pelo intelecto, como queria o racionalismo” (Padovani e Castagnola, 1990, p. 362).

Porém, de acordo com a teoria crítica, a promessa iluminista da libertação da razão se viu comprometida pela maneira como o racionalismo se operacionalizou, sob a forma de racionalidade instrumental. Pelo cálculo de consequências e suas prerrogativas epistemológicas – como previsão, controle, determinismo –, o projeto iluminista de emancipação se volta contra o homem na medida em que se constitui como um sistema fechado em si mesmo (Adorno e Horkheimer, 1985).

É por essa visão pessimista do modelo de ciência tradicional que “os frankfurtianos afastaram-se do cientificismo materialista, da crença na ciência e na técnica como pressupostos da emancipação social” (Matos, 1993, p. 32). Nessa linha, os autores da teoria crítica definitivamente se contrapunham à crítica marxista ortodoxa, que via na aplicação econômica do progresso científico o potencial revolucionário, dado que era a base do desenvolvimento das forças produtivas, já que, “entre as forças produtivas que entrariam em contradição com as relações de produção, contava Marx com o potencial subjetivo dos trabalhadores, que se expressa não só na atividade produtiva, mas também na atividade crítico-revolucionária” (Habermas, 1987a, p. 467).

A partir de então, a releitura do marxismo feita pela teoria crítica enseja uma explicação alternativa ao problema da dominação nas sociedades do capitalismo avançado, em que a questão da racionalidade passa ser a “vilã” da história, cumprindo mesmo um papel de legitimadora da opressão. Este é o sentido de dialética do esclarecimento de acordo com Adorno e Horkheimer (1985), que resulta na dialética da razão:

enquanto norma social, a racionalidade instrumental promove o progresso e o bem-estar de todos, mas impede a consciência da dominação que o *ethos* do capitalismo inflige sobre os homens, de forma muito mais sutil que a “luta de classes” do marxismo e, por isso mesmo, muito mais profunda. A reinterpretação da tese weberiana da racionalização social feita por Marcuse identifica a racionalidade como ideologia, tendo em vista que ela atua como um processo de legitimação da dominação política do sistema capitalista (Freitag, 1986).

Com a denúncia da dominação pela racionalidade instrumental em nossa sociedade, a teoria crítica não pretendia negar a razão como forma legítima de emancipação (Matos, 1993, p. 63). Apesar disso, o pessimismo e a pura denúncia empreendida por Adorno, Horkheimer e Marcuse não eram suficientes para dar solução ao problema, porque não ofereciam uma alternativa ou uma teoria social que indicasse um caminho rumo à emancipação pela razão. A grande contribuição de Habermas parece ter sido assumir uma posição diferente de seus predecessores da escola de Frankfurt, proporcionando um novo direcionamento à teoria crítica ao procurar deslocar seu núcleo explicativo da filosofia para a sociologia (Assoun, 1991). Isso se deve especialmente à busca por parte de Habermas de um novo paradigma explicativo da questão racional que não seja o da filosofia da consciência (Freitag, 1986).

A mudança paradigmática empreendida por Habermas no entendimento e solução do problema da razão desvelado pela teoria crítica se operou no sentido da filosofia da linguagem, e foi denominada por guinada lingüística (Aragão, 1997). Nesse novo paradigma, o caráter emancipatório da razão é observado pela relação intersubjetiva que assumem os participantes de uma mesma comunidade, onde a comunicação assume papel central, entendida como princípio ordenador da vida humana associada.

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

A teoria de ação de Habermas parte do mesmo pressuposto utilizado na sociologia fenomenológica de que “a interação comunicativa se localiza no centro da ação social” (Forester, 1994, p. 134). Por isso, o autor a denomina teoria da ação comunicativa (Habermas, 1987a, 1987b e 1989a). Na verdade, ao adotar a perspectiva das abordagens de tradição fenomenológica



FÁBIO VIZEU

interacionista e hermenêutica, Habermas entende a ação social como sendo um processo de interação genealogicamente constituído pela interpretação e entendimento lingüístico. Em suas palavras,

No interacionismo simbólico, na etnometodologia e na sociologia de inspiração hermenêutica tem se colocado, entretanto, outro [sic] paradigma: a interação se entende aqui como um processo de interpretação onde os participantes negociam, por meio de interpretações recíprocas, uma definição comum da situação. Com este conceito de ação, o processo de entendimento [sobre algo no mundo] passa a ocupar posição central. (HABERMAS, 1989a, p. 389).

No processo de construção do eu (individuação), tanto a significação constituída socialmente quanto a própria expectativa que se tem da atitude dos outros – expressa especialmente na idéia de papel social, como é apresentada por meio da metáfora da “dramaturgia social” de Goffman – correspondem a um forte atributo social a influenciar a esfera subjetiva do ser. A esse processo tem sido atribuída a denominação “intersubjetividade” (Berger e Luckmann, 1995). Ferreira (2000) remete essa concepção de eu socialmente constituído, presente no pensamento de Habermas, à influência do trabalho de Mead sobre esse autor, especialmente quanto aos conceitos de *self* e do outro generalizado. Desse modo, Habermas encontra na perspectiva do interacionismo simbólico o fundamento para escolher a linguagem como paradigma capaz de dar solução ao problema da relação entre individuação e socialização que, na forma apresentada pela filosofia da consciência, resultou na redução do conceito de racionalidade.

Assim, a superação da filosofia da consciência pela perspectiva interacionista se dá tendo em vista que, na primeira, a relação sujeito–objeto apresenta-se de maneira central na apreensão da realidade e, consequentemente, da questão da racionalidade. A lógica sujeito–objeto reflete apenas a subjetividade do sujeito, expressa ontologicamente por meio da idéia de autoconsciência (Aragão, 1997; Ferreira, 2000).

REFERÊNCIA ONTOLOGICA DA TAC

Usando-se o referencial da filosofia da linguagem, a realidade não corresponde apenas às coisas apreendidas na relação entre o sujeito cognoscitivo e o mundo objetivo, mas abarca também outras esferas constituí-

das coletivamente, no caso, a esfera social – onde a realidade é dada em função da normatização advinda da herança cultural e da ordem social – e a esfera subjetiva expressada – ou seja, a parte de nossa subjetividade que procuramos expressar a outrem, de maneira que ela seja reconhecida e objetivada por ambos. Habermas chama essas três diferentes ontologias de mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo, e atribui uma crescente importância às duas últimas esferas graças aos avanços obtidos pela sociologia fenomenológica e pela psicossociologia. Além disso, a linguagem representa um meio não transcidente do sentido, mesmo na atividade subjetiva (em que até o nosso pensamento é mediado pela linguagem).

É assim que a interação entre sujeitos cognoscitivos, ou seja, a verdadeira relação interpessoal, corresponde a uma relação intersubjetiva, possível apenas enquanto processo dialogicamente orientado. A partir da perspectiva de dois agentes comunicativamente competentes, o processo de interação passa a ser orientado para o entendimento mútuo das significações consideradas nesse processo, ou seja, a intersubjetividade plena. É essa predisposição ao consenso quanto às significações na interação comunicativa que permite a Habermas (1987a) propor a reconstrução racional do ato de fala. Para o autor, é nesta última que reside a superação das contradições da racionalidade instrumental.

RECONSTRUÇÃO RACIONAL DO ATO DE FALA

Habermas verifica na estrutura do ato de fala – ou seja, ação lingüisticamente mediada – o subsídio teórico para uma racionalidade não dominadora, baseada na reciprocidade subjacente ao diálogo. Sob o ponto de vista da interação lingüística, a definição cognitivo-instrumental de racionalidade é limitada, se forem consideradas manifestações humanas não passíveis de avaliação objetiva. Assim, se a racionalidade de uma ação só pode ser fundamentada por fatos verdadeiros ou pela eficácia de uma ação (efeito objetivo), as ações expressivas e normativamente reguladas – como, por exemplo, ações éticas e ações morais – não poderiam ser passíveis de racionalização, pois abarcam uma esfera subjetiva de realidade. Por outro lado, se a ação racional instrumental pode ser observada sob um ponto de vista metodológico – como intentaram Adorno e Horkheimer –, é nesse sentido que a linguagem assume posição privilegiada na explicação do atributo racional. Isso por ela ser constituída por uma estrutura



sintática que permite um acesso indireto à subjetividade, superior ao acesso dado pelo autoconhecimento da filosofia da consciência (Aragão, 1997). Por isso, Habermas reconceitua o atributo “racional”, em que esse passa a ser dado às ações e manifestações passíveis de negação – o que pode ser falso é algo passível de objetivação – e de justificação – o que pode ser fundamentado por boas razões é algo “racionalizável”.

Habermas (1989a) efetua a reconstrução racional do ato de fala por meio do que ele chama de pragmática universal, um conceito que indica pretensões de validação universais pressupostas no ato de fala e que permitem o compartilhamento pleno de significados entre os participantes da interação (em que “pleno” se refere à significação compartilhada sob o ponto de vista factual, normativo e expressivo). Assim, os atos de fala racionais pressupõem crítica e fundamentação a partir (i) da verdade proposicional (o que eu falo e faço é racional porque é baseado em uma verdade factual), (ii) da sinceridade (quando expresso minha subjetividade estou sendo sincero e, por isso, verdadeiro), (iii) da retidão (quando o que faço ou falo pressupõe fundamentação moral) e (iv) da inteligibilidade (o que faço e falo sómente pode ser criticado e passível de fundamentação se meu discurso for compreensível ao ouvinte).

Como todo ato de fala pressupõe um estado de mútua compreensão de significados – que é anterior à meta do ato de fala de intervenção na realidade objetiva (ação teleológica) –, por dedução, pode-se afirmar que a comunicação somente será plena quando forem cumpridos os quatro requisitos de validade do proferimento. Partindo desse quadro epistemológico, Habermas explica dois tipos básicos de ação racional, quais sejam:

- a ação racional instrumental: a ação de um sujeito no sentido de intervir na realidade objetiva (relação sujeito-objeto), em que a racionalidade da ação é dada teleologicamente e o principal fator de efetividade é a eficiência (economia de recursos na consecução do objetivo). Neste tipo, o atributo racional da ação se deve ao fato de esta ser justificada por fatos ou ter por base o seu resultado objetivo (êxito ou eficácia da ação), medido em termos de eficiência técnica no uso de meios;
- a ação racional comunicativa: tipo de ação em que se consideram agentes lingüisticamente competentes, no qual a racionalidade consiste no uso de argumentos válidos, capazes de fundamentar as proposições e os enunciados considerados na interação comunicativa. A legitimidade dos argumentos é obtida pela satisfa-

ção de todas as pretensões de validade. Neste tipo de ação, ocorre uma orientação dialógica, tendo em vista que a coordenação mútua é dada em função da capacidade comunicativa, recurso disponível a todos os participantes.

Quando a orientação racional instrumental prevalece numa relação social, em que o critério de racionalidade é o êxito, e não o entendimento real dos significados, a ação racional é denominada estratégica. Aqui o atributo racional é dado apenas sob a perspectiva de um dos participantes, o agente da ação racional, sendo o outro considerado um meio para a consecução do êxito. Nesse caso, como a linguagem é o recurso necessário à interação de agentes cognoscitivos, a comunicação acaba sendo distorcida em alguma de suas dimensões (veracidade, sinceridade, retidão ou inteligibilidade), no sentido de manipulação (distorção deliberada) ou contingencial (distorção ocasionada por fatores estruturais).

Desse modo, no modelo de Habermas dois tipos de ação social se sobressaem pela sua natureza antagônica. A primeira, a ação estratégica, definida como sendo a ação condicionada pela racionalidade instrumental, ou seja, aquela centrada no cálculo utilitário de consequências, em que “se supõe que o ator elege e calcula meios e fins do ponto de vista da maximização da utilidade ou da expectativa da utilidade” (Habermas, 1987a, p. 122-123). A segunda, a ação comunicativa, em que também está subjacente um tipo de racionalidade, mas fundamentada apenas no processo de reconhecimento intersubjetivo. Dessa forma, “o paradigma desta última racionalidade não é a relação do sujeito isolado a algo no mundo, que pode ser representado e manipulado, mas a relação intersubjetiva que assumem sujeitos capazes de linguagem e de ação quando eles se entendem em si sobre algo” (Herrero, 1986, p. 17).

A ampliação da dimensão racional dada por meio do conceito de racionalidade comunicativa pressupõe que se reconsidera a base teleológica do processo de racionalização social subentendida no modelo de ação de Weber (Habermas, 1987a). Este também acaba sendo a via que Habermas encontra a partir de sua teoria para que se recupere a perspectiva de emancipação da razão sem que se tenha que se abster da crítica à racionalidade instrumental. Outrossim, é a partir do potencial de emancipação da competência comunicativa que se verifica a possibilidade de superação do egocentrismo implícito na racionalidade pretendida pela ação estratégica. Como escreve Habermas,



FÁBIO VIZEU

Eu abordei o agir comunicativo e o estratégico como duas variantes da interação mediada pela linguagem. No entanto, somente ao agir comunicativo é aplicável o princípio segundo o qual as limitações estruturais de uma linguagem compartilhada intersubjetivamente levam os atores – no sentido de uma necessidade transcendental tênue – a abandonar o egocentrismo de uma orientação pautada pelo fim racional de seu próprio sucesso e a se submeter aos critérios públicos da racionalidade do entendimento. (HABERMAS, 1990, p. 82-83).

Em resumo, é a partir das considerações anteriores que Habermas propõe que a ação comunicativa seja um referencial adequado para a elaboração de novos critérios de racionalidade, de maneira a minimizar a contradição da forma de organização social da modernidade, denunciada pela crítica ao racionalismo instrumental empreendido pela escola de Frankfurt (Freitag, 1986). Nesse sentido, a crítica à razão instrumental se desdobra na crítica ao modelo burocrático, no sentido de que a burocracia corresponde a uma reificação do *ethos* racional-instrumental na forma de um sistema auto-sustentado, capaz de coordenar e controlar a vida social tendo por base os critérios de utilidade (Habermas, 1987b). A esse processo Habermas chamou de “colonização do mundo da vida”, já que considera que a interação comunicativa plena se relaciona com a construção e reconstrução dos significados e da estrutura social essencial de uma comunidade lingüística, sendo esse processo identificado na fenomenologia como pertencente ao “mundo da vida” (Berger e Luckmann, 1995). Também para Habermas esse processo é desnaturalizado, com a substituição da regulação social, mediada pela interação lingüística, pela regulação do sistema burocrático e do sistema financeiro nas sociedades capitalistas. É por este último motivo em especial que o uso da TAC na área de organizações tem sido amplamente empreendido no sentido de criticar o modelo burocrático de gestão e organização.

APROXIMAÇÕES DA TAC E DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Observada enquanto um programa de pesquisa social (White, 1995), a TAC apresenta diversas possibilidades para o desenvolvimento dos estudos organizacionais. Desde o final da década de 1970 há estudos na

área de estudos organizacionais que sugerem a necessidade de pesquisas que tenham como referência epistemologias alternativas à positivista, seja sob o ponto de vista ontológico ou sob a perspectiva da crítica de tradição marxista (Burrell e Morgan, 1979). Nesse sentido, a TAC enquanto programa de pesquisa embasada na filosofia da linguagem, na tradição marxista e nas abordagens sociológicas subjetivistas se apresenta como uma opção para estudos organizacionais alternativos à orientação funcionalista dominante. Além disso, por integrar com propriedade diferentes pressupostos ontológicos para explicar a realidade social, o corpo teórico de Habermas abarca potencial para a superação do debate da incomensurabilidade paradigmática, comum na área de estudos organizacionais (Reed, 1999).

Em relação à subárea de comportamento organizacional, a TAC também se apresenta como uma referência teórica relevante. Devido à centralidade da interação lingüística na *práxis* social, a ação comunicativa é um construto que integra múltiplas visões de mundo e de indivíduo, e essa multiplicidade é relevante para a compreensão do fenômeno organizacional. Permite que se verifiquem contradições nas relações interpessoais nem sempre enfocadas pelos estudos organizacionais, já que a idéia de distorção comunicativa, antes de ser um mero problema de comunicação organizacional, reflete a dificuldade de reconhecimento do outro enquanto sujeito competente, enquanto membro integrante de uma mesma comunidade cultural. Este último ponto segue o conceito de cultura enquanto rede de significados (veja em Smircich, 1983). Deetz (1985), por exemplo, abordou como a TAC pode se associar aos estudos organizacionais sobre cultura, onde o ponto de contato foi justamente o processo de distorção comunicativa que, de acordo com o autor, revela como as práticas discursivas desenvolvem estruturas simbólicas que servem como mecanismos de dominação e controle.

De modo geral, as abordagens críticas da área dos estudos organizacionais que têm por base a TAC pretendem revelar de que maneira a prática gerencial e o modelo organizacional tradicional se revestem de pressupostos contraditórios para os contextos sociais nos quais são adotados. Nesse sentido, o modelo central na teoria das organizações – a burocracia – se destaca justamente pelo fato de seu principal fundamento ser a racionalidade instrumental.

Na verdade, os autores organizacionais teóricos críticos têm sugerido que uma importante limitação do modelo burocrático reside na unilateralidade das rela-



ções interpessoais subjacente a esse tipo, expressa especialmente pela manipulação do significado em interações comunicativas quando se almeja o cálculo utilitário. Essa perspectiva se desenvolve no modelo teórico habermasiano pela idéia de que o modelo burocrático configura relações interpessoais e procedimentos gerenciais que abarcam um caráter monológico, eficiente porém impessoal, e por isso produzem distorção comunicativa. Nesse sentido, a burocratização enquanto processo organizacional é em si mesma uma medida inibidora da competência comunicativa, dado o fato de a essência desse processo ser a racionalidade sistêmica, ou seja, a lógica de auto-sustentação de sistemas independentes – no caso, a organização formal –, sem consideração às pessoas, baseada no controle e na previsibilidade da racionalidade instrumental (Habermas, 1987b).

As dificuldades em se estabelecer uma relação comunicativa não distorcida nas organizações refletem, antes de tudo, problemas na relação gerente-trabalhador, que, por se instituir de forma monológica – em que a comunicação é apenas de natureza informacional –, implica situações de violência, de mentira e de injustiça. Por exemplo, tais consequências degradantes da distorção gerada no processo monológico de comunicação podem ser medidas por meio da análise psicanalítica acerca do sofrimento no trabalho, em que o autor verifica os efeitos psicológicos da falta de intercompreensão nas relações de trabalho contemporâneas. Em suas palavras,

O ponto capital da organização do trabalho é a qualidade da discussão entre as pessoas. O sofrimento está sempre ligado à degradação das condições de discussão e de intercompreensão. Quando as pessoas não se comprehendem mais, quando não conseguem mais se comunicar e construir uma inteligibilidade comum das relações de trabalho, elas não ficam só decepcionadas: elas se defendem. Observam-se estratégias defensivas entre operários e executivos. No final, estas duas estratégias defensivas opõem-se uma à outra e, a partir desse momento, as pessoas não podem mais se compreender. Esse é um ponto fundamental da teoria de comunicação: desde que não haja comunicação possível, a violência está em pauta, posto que a comunicação é, no fundo, a condição de convivência e aliança. (DEJOURS, 1999, p. 170).

Outro trabalho importante sobre a distorção comunicativa é o de Felts (1992). Ao se basear no modelo

habermasiano de competência comunicativa, esse autor revela ser a estrutura organizacional clássica uma forma de constrangimento pré-lingüístico, mais especificamente graças à assimetria das posições de poder hierarquizadas, fator elementar no modelo organizacional tradicional. Segundo o autor,

A competência comunicativa, de acordo com Habermas [...], requer uma simetria de relações que não podem ser viciadas por meio de arranjos estruturais prévios. Isso não ocorre fora das diferenças de habilidade natural ou competência funcional. Antes disso, só a simetria permite tais diferenças para que possa emergir a satisfação de intersubjetividade dos participantes. Não pode haver nenhuma dúvida de que a aceitação *a priori* de princípios hierárquicos de posição, *status* e autoridade impede uma simetria de relações dentro das organizações. Quando a posição da pessoa, o *status* ou a competência é desafiada ou disputada, é muito conveniente que tudo seja habilmente occultado atrás do grau ou posição da pessoa, que simplesmente dá ordens. Recurso semelhante em relação ao poder de posição pode acontecer sob condições de alta incerteza. Também pode ser que estes sejam os momentos mais sujeitos a deficiências orgânicas de comunicação. (FELTS, 1992, p. 509).

Ainda de acordo com o autor, na interação comunicativa entre sujeitos de diferentes níveis hierárquicos, o medo de contrariar o superior e sofrer sanções (na perspectiva do subordinado), assim como o medo da insubordinação (na perspectiva do superior), são estados psicológicos que estimulam a distorção deliberada dos requisitos de validade subjacentes ao ato de fala. Assim, verifica-se a hierarquia formal como uma condição estrutural que favorece comunicações e discussões propensas à mentira quanto aos fatos declarados, à falta de sinceridade, à corrupção dos valores e à incompREENSÃO e confusão, em detrimento dos requisitos de validade do ato de fala de verdade proposicional, de sinceridade, de retidão e de inteligibilidade, respectivamente. É esse o sentido da seguinte afirmação de Forester (1994, p. 141): “para cada um dos requisitos comunicativos práticos feitos por atores organizacionais, então, os ouvintes podem estar sujeitos não apenas às distorções acidentais ou naturalmente necessárias, ou às distorções intencionais e calculadas, mas, mais útil e politicamente significativo, às distorções estruturalmente sistemáticas e socialmente desnecessárias”.



FÁBIO VIZEU

A distorção comunicativa intencionalmente deliberada é comum no âmbito das organizações centradas na lógica competitiva do mercado econômico, onde as pessoas são muitas vezes consideradas instrumentos a serem manipulados para a obtenção de lucro. Mas também noutras organizações, não necessariamente empresariais, no contexto organizacional moderno, também há distorções de caráter estrutural, que não são facilmente percebidas e sanadas. No âmbito das organizações que não estão diretamente vinculadas com a lucratividade econômica, tal caráter estrutural de distorção comunicativa é mais problemático. Organizações públicas, entidades assistenciais e filantrópicas, grupos de interesse da sociedade civil, enfim, todo o primeiro e o terceiro setor, ao adotar a modelagem burocrática, são atingidas por contradições sistemáticas no processo de representatividade dos interesses daqueles que constituíram essas organizações.

Os problemas levantados pelas análises da distorção comunicativa revelam, em último plano, a insuficiência dos modelos e diretrizes gerenciais desenvolvidos à luz das teorias organizacional e administrativa clássicas. Assim, orientações contrárias à lógica unilateral e dominadora da interação comunicativa caracterizada na forma de gestão tradicional têm se direcionado para novos modelos (Serva, 1996; Tenório, 1998), mais condizentes com a lógica da racionalidade comunicativa.

OBJEÇÕES E CRÍTICAS À TAC

Nesta altura de nossa exposição, faz-se necessário apresentar certas objeções à TAC, justamente para apresentar certas limitações dessa teoria e, assim, demonstrar em que medida a obra de Habermas pode contribuir para os estudos organizacionais. Basicamente, ressaltaremos duas grandes contestações que vêm sendo feitas a esse corpo teórico. Muitas outras – como, por exemplo, a denúncia ingênua de “romantismo” ou “utopia”, críticas comuns ao atual panorama acadêmico (White, 1995) – entram no patamar ideológico ou da falta de compreensão (ou mesmo desconhecimento) da obra habermasiana e dos postulados teóricos que a constituem, e por isso mesmo não são dignas de contraposição.

Uma das contestações diz respeito ao caráter “crítico” do trabalho de Habermas. Certos contestadores questionam se a TAC deve ser considerada como uma teoria crítica, sob a alegação de que, para desenvolver

sua teoria da sociedade, Habermas se baseou em Luhmann, um autor funcionalista (Burrell, 1994). Esse vínculo tem por cerne a importância do conceito de “sistema” de Luhmann na visão de sociedade habermasiana, o que remete à suposição de perspectiva integradora da sociedade, um pressuposto que vem sendo considerado como não crítico no âmbito dos estudos organizacionais (Burrell e Morgan, 1979). O fato de o termo “consenso” ser remarcado na TAC contribui para esta última objeção. Todavia, o uso do conceito funcionalista de sistema é dado na TAC para demonstrar a contradição interna das sociedades do capitalismo avançado, onde a estrutura sistêmica política e monetária da sociedade se impõem à estrutura tida como “natural”, denominada mundo da vida. A esse processo, Habermas denomina “colonização do mundo da vida”, algo muito próximo ao que seus predecessores da escola de Frankfurt atribuem como “empobrecimento da cultura” (Adorno e Horkheimer, 1985). Na verdade, o vínculo maior de Habermas em sua teorização da sociedade é com a orientação crítica dos frankfurtianos, que, por sua vez, teve origem na crítica marxista (Assoun, 1991). Além disso, sendo a pretensão de Habermas ao constituir a TAC a recuperação do projeto inicial da escola de Frankfurt, a teoria da sociedade presente na obra habermasiana fica sujeita à teoria da racionalidade dessa escola. Isso evidencia o caráter secundário do conceito parsoniano na obra de Habermas, que, em última análise, foi utilizado na tentativa de justificar o argumento central da TAC – assim como várias outras apropriações teóricas e conceituais em Habermas –, que corresponde à reconstrução racional do ato de fala (Aragão, 1997). Por fim, não se pode questionar o cunho antipositivista da TAC pelo conceito de “sistema”, já que o conceito de “mundo da vida” – que tem sua origem na fenomenologia de Schutz – é referência prioritária para a visão de sociedade e realidade na obra de Habermas (Aragão, 1997).

Outra objeção feita à TAC diz respeito à sua pretensa fundamentação empírica nas ciências sociais. Estudiosos da escola de Frankfurt têm apontado para o fato de o trabalho de Habermas ser diferenciado dos demais frankfurtianos por ter ele buscado nas ciências sociais – e não na filosofia – a base *a priori* para a sua crítica à modernidade (Assoun, 1991). Essa leitura parece corresponder à interpretação de Habermas sobre a sua própria obra, como demonstra o autor na introdução do primeiro volume do seu principal livro (Habermas, 1987a). Entretanto, outros estudiosos da obra de Habermas afirmam que essa pretensa transfe-



rência da filosofia para a sociologia não se sustenta. Segundo Aragão (1997, p. 15), “as análises empíricas empreendidas por Habermas no campo da ciência social, a partir daquela teoria, estão subordinadas a ela, e só têm a função secundária de colocar à prova um esquema conceitual de explicação da realidade social cuja natureza é essencialmente filosófica”.

É justamente quanto à natureza essencialmente filosófica da TAC que transparece uma fraqueza da proposta de Habermas, já que contradiz a própria opinião desse autor. Como afirma Aragão, ao comentar a orientação eminentemente filosófica da TAC:

Isto é bastante irônico para um pensador que aponta a falta de competência da filosofia para ajudar o homem transformado pela modernidade a compreender o mundo, a si mesmo e à sociedade, porque é através da filosofia que ele mostra a possibilidade desse mesmo homem reencontrar-se, recuperando a unidade e a identidade perdidas ao longo da evolução. (ARAGÃO, 1997, p. 130).

Apesar de a contradição merecer uma observação, a interface entre a filosofia e as ciências sociais articulada na TAC é algo que deve ser considerado proveitoso para o desenvolvimento dos estudos organizacionais. É correto afirmar que, sendo a ortodoxia no campo da pesquisa organizacional atrelada à ideologia positivista, o forte teor filosófico da TAC pode gerar nítido desconforto no meio acadêmico, sendo possível até a acusação de “não científicos” aos pesquisadores que adotarem o programa de pesquisa habermasiano. Todavia, já se alertou há algum tempo para o problema da reflexão epistemológica no campo dos estudos organizacionais (veja, por exemplo, Ramos, 1989). Nesse sentido, a aproximação entre a filosofia e as ciências sociais é algo que vem gradativamente ocorrendo, especificamente pelos estudos críticos (Burrell, 1994), no intuito de enriquecer o debate epistemológico – tão necessário a um campo de conhecimento marcado desde sua gênese pela associação perigosa “com as necessidades técnicas e interesses políticos das elites formadoras de diretrizes” (Reed, 1999, p. 89). Desse modo, a aproximação obtida na TAC entre a filosofia e a ciência talvez seja uma possibilidade de renovação do pensamento teórico organizacional. Mesmo a articulação de abordagens sociológicas tradicionalmente antagônicas empreendidas na TAC pode ser observada como algo proveitoso aos estudos organizacionais, pois confronta diretamente o polêmico debate da incomensurabilidade entre paradigmas nos estudos organizacionais, como já foi mencionado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Neste artigo foram apresentados significativos pontos de contato entre a TAC e o campo dos estudos organizacionais. Sendo a TAC uma teoria social centrada na crítica à racionalidade instrumental e à estrutura societária que desvelou essa forma de racionalização, ela aborda diretamente aspectos centrais da teoria organizacional, que vêm sendo tratados pelos estudos de cunho epistemológico dentro desta área, como, por exemplo, os estudos de Ramos (1989) e seus seguidores. Nesse sentido, os estudos organizacionais críticos inspirados na teoria habermasiana têm buscado revelar que a dominação presente nos sistemas administrativos ortodoxos se processa em termos de manipulação das interações lingüísticas, especificamente dada pela distorção comunicativa (Deetz, 1985; Rizzo e Brosnan, 1990; Felts, 1992; Forester, 1994). Entretanto, poucos estudos têm abordado que a TAC também enfatiza serem os mesmos processos interpessoais lingüísticos em que ocorre a distorção o lócus onde a superação de tal dominação pode ser obtida. Um autor que trata desse último aspecto é Dejours (1999), por meio do conceito de “espaço de discussão”.

Talvez essa dificuldade por parte dos pesquisadores organizacionais resida na falta de evidências empíricas sobre a efetividade da ação comunicativa na sociedade atual, sendo esse um dos aspectos contestados na TAC (Aragão, 1997). Entretanto, a superação da distorção comunicativa remete à discussão de uma nova ética, centrada no paradigma da ação comunicativa. É por isso que, no intuito de expandir seu programa de pesquisa para campos de estudo onde se possa viabilizar a comprovação empírica da ação comunicativa, Habermas tem dedicado seus últimos trabalhos a tratar da ética do discurso (Habermas, 1989b) implícita na TAC (Aragão, 1997).

Na idéia de pragmática universal reside o fundamento para uma ética do discurso, justamente devido à ampliação ontológica da esfera objetiva para as esferas social e subjetiva. Tendo sido o conteúdo deontológico das relações discursivas revelado nas ciências sociais pelas abordagens derivadas da sociologia compreensiva – em especial a fenomenologia –, Habermas se fundamenta em descobertas científicas para justifi-



FÁBIO VIZEU

car o desenvolvimento de uma ética do discurso (Habermas, 1987a; 1989b). A demarcação de uma pragmática universalmente desenvolvida é feita por meio da idéia de pretensões de validez do ato de fala. Por sua vez, essas questões correspondem a importantes referenciais da ação social comunicativamente orientada, ou, no mínimo, para uma análise da ação social a partir do paradigma da linguagem. Entender com profundidade cada uma das esferas em que se estabelece o ato comunicativo pleno – a veracidade, a retidão, a sinceridade e a inteligibilidade nas interações lingüísticas – é também compreender uma via alternativa para a conciliação entre a racionalidade e a ética. Isso justamente pelo fato de a TAC revelar a mesma fundamentação universal para ambas as questões, e que essa base reside na própria estrutura da fala (Habermas, 1989b). Na área organizacional, essa conciliação entre o racional e o deontológico possibilita a elaboração de uma ética da Administração mais consistente do que as proposições que vêm sendo feitas, estando a maioria delas comprometida com a vertente da ética utilitarista (Meira, 2004). Por isso mesmo, uma interessante sugestão para estudos futuros é o uso da TAC como programa de pesquisa sobre ética no âmbito organizacional. Fora do Brasil, esse uso da TAC já começa a ocorrer no campo da Administração Pública, especialmente por meio dos esforços empreendidos pelos cientistas políticos (veja, por exemplo, White, 1995).

Adicionalmente, a partir da análise aqui empreendida, propõem-se duas diretrizes para nortear um programa de pesquisa no campo dos estudos organizacionais fundamentado na TAC. Em certo sentido, este nosso esforço não se apresenta inovador, tendo em conta que outros estudos vêm tratando direta ou indiretamente tais diretrizes. Todavia, pretende-se reforçar alguns dos pressupostos da TAC considerados significativos para a pesquisa organizacional.

A organização é um espaço de interações lingüísticas entre sujeitos competentes

Como a TAC surge tendo por referência a mudança do paradigma da filosofia da consciência para o paradigma da linguagem, a pesquisa organizacional inspirada no programa de Habermas deve ter como pressuposto a idéia de que os membros que interagem dentro da organização, ou entre organizações, o fazem a partir de um processo intersubjetivo de troca de significados, em que todos detêm a competência essencial para a consecução e coordenação da ação coletiva. Nesse foco, o sentido essencial da comunicação é dialógico,

e o processo de comunicação monológico (apenas informacional) indica comunicação distorcida. Assim, o conceito habermasiano de “entendimento” não deve ser encarado simplesmente como uma concepção utópica da natureza humana (Burrell, 1994), mas como um *insight* de que, dado que a estrutura da fala revela que a compreensão mútua sobre o significado das coisas é anterior ao uso teleológico do ato comunicativo (Habermas, 1987a), é no processo comunicativo que reside a possibilidade de coordenação humana de emancipação não coercitiva. Para tanto, é preciso se ater ao aspecto dominador do sistema político e econômico racionalizado – no qual a burocracia é uma de suas mais evidentes manifestações –, pois é a partir dessa estrutura que ocorre a desnaturação do processo comunicativo. Um caminho interessante dentro dos estudos organizacionais para a comprovação empírica dessa possibilidade de emancipação pela interação comunicativa se encontra nos estudos que revelam ser a chamada “cultura organizacional” uma rede de significados em constante reconstrução (Smircich, 1983), já que, considerando a influência da concepção fenomenológica de construção da realidade nessa vertente, a base desse processo é a interação lingüística (Berger e Luckmann, 1995). A respeito desse último aspecto, é importante lembrar a centralidade do conceito de mundo da vida na teoria habermasiana. Assim, ao adotar o programa de pesquisa habermasiano, os estudos organizacionais sobre cultura – que vêm demonstrando a dimensão coercitiva e unilateral das trocas simbólicas e míticas presente no processo de reconstrução cultural nas organizações – podem avançar sobremaneira no seu entendimento crítico da realidade, tendo em conta a profundidade com que a TAC articula esses princípios epistemológicos.

A hierarquia determina um estado psicológico inibidor da ação comunicativa

Dada a necessidade de reciprocidade e reconhecimento mútuo (enquanto sujeitos falantes competentes) para se estabelecer a interação comunicativa plena (ou seja, não distorcida), a diferenciação hierárquica é um elemento crucial na geração de um estado psicológico defensivo (Dejours, 2001). Por esse motivo, a hierarquia burocrática, além de ser legitimada pela racionalidade instrumental, atua contrariamente à emancipação pretendida na ação comunicativa por representar um constrangimento pré-lingüístico, uma estrutura que se opõe à comunicação intersubjetiva. Apesar de não ser algo novo revelar a dominação nas relações de



subordinação das organizações formais, sob o prisma da TAC esse processo se apresenta sob uma nova perspectiva em sua dimensão psicológica. Assim, apesar de os sistemas hierárquicos atenderem à orientação para a eficiência, preconizam dificuldades no processo comunicativo e, consequentemente, de significação do mundo e do outro. Nesse ponto, as estruturas organizacionais flexibilizadas não somente correspondem a alternativas para o problema da dinâmica organizacional, mas também facilitam a comunicação intersubjetiva. Este último ponto tem sido tratado com especial atenção por alguns estudiosos brasileiros (Tenório, 2000; Serva, 1996) e mesmo por alguns autores de língua inglesa (Felts, 1992; Webler e Tuler, 2000).

Adicionalmente, vale ressaltar que não pretendemos com o presente artigo apresentar nenhuma apreciação original sobre a TAC no âmbito dos estudos organizacionais. Muitos outros já fizeram essa aproximação anteriormente, como, por exemplo, Alvesson e Deetz (1999), Burrell (1994) e Forester (1994). Todavia, fomos motivados no presente trabalho a dar maior ênfase a certos pressupostos que consideramos não terem sido aprofundados pelos autores citados. Esse esforço se justifica devido à amplitude e complexidade da obra recente de Habermas. De certa forma, os aspectos que buscamos destacar e que correspondem à nossa contribuição foram sintetizados nas duas diretrizes que apresentamos acima.

Finalmente, vale reconhecer que a TAC cumpre um importante papel no entendimento do contexto organizacional atual, devido ao fato de esta ser uma teoria que, diferentemente de muitas outras abordagens organizacionais críticas, não adota uma postura de anti-Administração (Alvesson e Deetz, 1999), o que poderia comprometer a sua consolidação no meio acadêmico, como parece ocorrer com algumas vertentes não ortodoxas centradas no chamado “relativismo radical” (Reed, 1999). Outrossim, a demanda de contextos e formas organizacionais não burocráticas, especialmente no que se refere às esferas como a que envolve o chamado terceiro setor, é outro campo de aplicação possível para a TAC, considerando o seu potencial explicativo de esferas da sociedade civil que se afastam da dicotomia Estado-mercado (Avritzer, 1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999, p. 227-271.

ARAGÃO, L. M. de C. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 1997.

ASSOUN, P. L. *A escola de Frankfurt*. São Paulo: Ática, 1991.

AVRITZER, L. Além da dicotomia Estado/mercado: Habermas, Cohen e Arato. *Novos Estudos CEBRAP* n. 36, p. 195-212, 1993.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BURRELL, G. Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis 4: The Contribution of Jürgen Habermas. *Organization Studies*, v. 15, n. 1, p. 1-45, 1994.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organisational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. London: Heinemann Educational Books, 1979.

DEETZ, S. Critical-cultural research: new sensibilities and old realities. *Journal of Management*, v. 11, n. 2, p. 121-136, 1985.

DEJOURS, C. *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. São Paulo: Fundap, 1999.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ENRIQUEZ, E. Os desafios éticos nas organizações modernas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 37, n. 2, p. 6-17, 1997.

FELTS, A. A. Organizational communication. *Administration & Society*, v. 23, n. 4, p. 495-517, 1992.

FERREIRA, R. M. *Individuação e socialização em Jürgen Habermas: um estudo sobre a formação discursiva da vontade*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 2000.

FORESTER, J. Teoria crítica e análise organizacional. *Plural*, v. 1, p. 131-148, 1994.

FREITAG, B. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa. Tomo I: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987a.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa. Tomo II: crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1987b.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1989a.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 1989b.



FÁBIO VIZEU

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 1990.

HERRERO, F. X. Racionalidade comunicativa e modernidade. *Síntese*, vol. 14, n. 37, p. 13-32, 1986.

MATOS, O. C. F. *A escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1993.

MEIRA, F. B. A ética empresarial em movimento: as (de)limitações do campo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. *Anais*. Curitiba: Anpad, 2004.

PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. *História da filosofia*. São Paulo, Melhoramentos, 1990.

RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999, p. 61-98.

RIZZO, A. M.; BROSnan, D. Critical theory and communication dysfunction: the case of sexually ambiguous behavior. *Administration & Society*, v. 22, n. 1, p. 66-85, 1990.

SERVA, M. *Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas*. São Paulo, 1996. 633 p. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

SMIRCICH, L. Studying organizations as cultures. In: MORGAN, G. (Ed.) *Beyond Method: Strategies for Social Research*. Beverly Hills, CA: Sage, 1983, p. 160-172.

STEFFY, B. D.; GRIMES, A. J. A critical theory of organization science. *Academy of Management Review*, v. 11, n. 2, p. 322-336, 1986.

TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. *Flexibilização organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

WEBLER, T.; TULER, S. Fairness and competence in citizen participation: theoretical reflections from a case study. *Administration & Society*, v. 32, n. 5, p. 566-596, 2000.

WHITE, S. K. *Razão, justiça e modernidade: a obra recente de Jürgen Habermas*. São Paulo: Ícone, 1995.



Artigo recebido em 29.04.2003. Aprovado em 29.08.2005.

Fábio Vizeu

Professor do Centro Universitário Positivo – UnicenP. Mestre em Administração pela UFPR. Interesses de pesquisa nas áreas de teoria crítica em Administração, epistemologia da Administração e pesquisa organizacional.

E-mail: vizeu@unicenp.edu.br

Endereço: Rua Carlota Mion, 13, ap. 4, Bloco 8, Campina do Siqueira, Curitiba – PR, 80740-660.